MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
Esplanada dos Ministérios - Bloco U, dcdp@mme.gov.br , Brasília/DF, CEP 70065-900
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - http://www.mme.gov.br

RELATÓRIO

Processo nº 48330.000084/2026-13

Interessado: Secretaria Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, Secretaria Executiva - SE/MME, Subsecretaria de Governança, GABINETE DO MINISTRO - GM/MME, Comitê de Gerenciamento de Crise (CGC)

ASSUNTO: RELATÓRIO DA SALA DE MONITORAMENTO DO ABASTECIMENTO DE ÓLEO DIESEL 2026 - PERÍODO 23/03/2026 A 31/03/2026 ("SALA DE MONITORAMENTO DO ABASTECIMENTO - MARÇO DE 2026")

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

1.1. O presente Relatório tem por objetivo consolidar as ações e os principais aspectos ocorridos durante os trabalhos da Sala de Monitoramento do Abastecimento de Óleo Diesel que está sob a coordenação do Departamento de Combustíveis Derivados de Petróleo (DCDP) da Secretaria Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (SNPGB) do Ministério de Minas e Energia (MME).

1.2. As ações de monitoramento foram realizadas no âmbito do braço operacional do Comitê de Gerenciamento de Crise (CGC) do Ministério de Minas e Energia, criado pela Portaria Normativa nº 61/GM/MME, de 13 de março de 2023.

1.3. A instituição da Sala de Monitoramento ocorreu por meio da Resolução CGC nº 1, de 23 de março de 2026 (SEI 1208121), que tem por objetivo de monitorar e mitigar os impactos no abastecimento nacional de combustíveis e coordenar as ações de fiscalização do setor, em decorrência da instabilidade geopolítica e dos conflitos armados na região do Oriente Médio, em conformidade com o inciso VI, do art. 8º, da Portaria Normativa nº 61/GM/MME, de 13 de março de 2023.

1.4. O Relatório é composto de 5 (cinco) seções:

a) SEÇÃO I - ESTRUTURAÇÃO DA SALA;

b) SEÇÃO II - DO INÍCIO DO MONITORAMENTO;

c) SEÇÃO III - DA ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS;

d) SEÇÃO IV - REGISTROS DOS RESULTADOS;

e) SEÇÃO V - CONSIDERAÇÕES FINAIS.

2. SEÇÃO I - ESTRUTURAÇÃO DA SALA

2.1. As reuniões de monitoramento, no âmbito da sala de situação, sob a coordenação do Ministério de Minas e Energia (Secretaria Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – SNPGB, Gabinete do Ministro e Secretaria-Executiva), contam com a participação de representantes de:

I - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP;

II - Empresa de Pesquisa Energética – EPE;

III - Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás – IBP;

IV - Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis - Abicom;

V - Sindicato Nacional das Empresas de Combustíveis e de Lubrificantes - Sindicom;

VI - Federação Brasilcom;

VII - Petróleo Brasileiro S.A.;

VIII - Acelen;

IX - Refinaria de Manaus - Ream;

X - Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes - Fecombustíveis;

XI - Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais - Abiove;

XII - Associação dos Produtores de Biocombustíveis do Brasil - Aprobio;

XIII - União Brasileira do Biodiesel e Bioquerosene - Ubrabio;

XIV - União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia - Unica; e

XV - União Nacional do Etanol de Milho - Unem.

2.2. Essas entidades são responsáveis pelo acompanhamento do suprimento primário (produção e importação) e secundário (distribuição e revenda), contudo, em algumas reuniões específicas, com o objetivo de agregar qualidade aos trabalhos de acompanhamento, é possível convidar outros agentes ou realizar reuniões complementares, a depender das informações apresentadas nas reuniões anteriores, com o objetivo de esclarecer algum ponto relevante.

3. SEÇÃO II - DO INÍCIO DO MONITORAMENTO

3.1. O MME tem acompanhando desde o fechamento do Estreito de Hormuz, nos últimos dias do mês de fevereiro. De forma estruturada, desde 10/03/2026 já são realizadas reuniões de acompanhamento da situação do abastecimento de óleo diesel, com posterior instituição formal da Sala de Monitoramento ocorrida em 23/03/2026.

3.2. O foco precípuo no óleo diesel é justificado por sua relevância à economia, pois esse é o principal combustível utilizado no transporte de cargas e no transporte público de passageiros. Além disso, é necessário importar mais de 25% de todo óleo diesel consumido no Brasil, mais de 1 milhão de m³ todos os meses.

3.3. No início dos trabalhos, foi estabelecido que as ações de monitoramento tinham por objeto a avaliação das condições dos estoques de combustíveis em várias regiões do país, além da avaliação da consistência de notícias e denúncias de falta de produto em determinados estados. Neste momento, os trabalhos de monitoramento teriam como foco o suprimento primário de óleo diesel A, a partir do contato direto com os agentes responsáveis pelo refino de petróleo, distribuidores e importadores de combustíveis.

3.4. Posteriormente, tendo em vista o número de notícias e a evolução do conflito no Golfo Pérsico, com a persistência do fechamento do Estreito de Hormuz, também foram incluídos os agentes responsáveis pela cadeia de suprimento secundário, ou seja, abrangendo a etapa de distribuição, comercialização e logística de combustíveis que ocorre após a produção primária e a importação de óleo diesel.

4. SEÇÃO III - DA ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS

4.1. A organização e o andamento dos trabalhos de monitoramento, basicamente, consistem em três etapas que compreendem:

a) Prévia coleta, consolidação e registro dos dados de estoques de diesel disponíveis para fins de apresentação na reunião;

b) Realização de reuniões periódicas com a presença dos principais atores e entidades representativas responsáveis pelo suprimento de combustíveis do país;

c) Elaboração do relatório periódico, a cada 15 dias, de realização de monitoramento e envio ao CGC.

4.2. A dinâmica das reuniões consiste no confrontamento dos dados de contratos de e entregas de produto importado, de produção, além das previsões para o suprimento nacional de óleo diesel, e a avaliação constante da necessidade de ações complementares com o intuito de garantir o abastecimento nacional de combustíveis.

4.3. A partir dos resultados do monitoramento é avaliada a necessidade da proposição de alguma ação específica de governo com o intuito de assegurar o suprimento da demanda de óleo diesel, a exemplo do que ocorreu com o conjunto de medidas que contaram com a atuação do Ministério de Minas e Energia (MME) - ver Nota Informativa nº 13/2026/DCDP/SNPGB (SEI 1210861).

5. SEÇÃO IV - REGISTROS DOS RESULTADOS

5.1. Os resultados mais relevantes dos trabalhos da Sala de Monitoramento do Abastecimento foram elencados em memórias de reuniões e sintetizados nas Tabelas 1, 2 e 3.

Tabela 1 - Síntese dos resultados de estoques e demandas da Sala de Monitoramento do Abastecimento.

Dia/ Temática	Estoques	Demandas
24/03/2026	Informou que o estoque nacional de Diesel A S10 reportado à ANP é de 2,011 bilhões de litros, equivalente a aproximadamente 58 dias da necessidade de importação. A Acelen informou que a refinaria opera em carga plena, ofertando volumes acima das cotas diárias.	O MME informou que a demanda segue o padrão de 2025, influenciada pela elevação do teor obrigatório de biodiesel (B14 para B15) e que houve crescimento de 0,56% na demanda de Diesel A e déficit de cerca de 58 mil m³ em março, mitigado por antecipação de cotas da Petrobras. Petrobras informou para abril houve acréscimo da demanda de 70 mil m³ de Diesel S10 e 95 mil m³ de gasolina, atendendo integralmente ofício ANP e reforçou que não houve falhas operacionais relevantes. Sindicom relatou que, em algumas bases, as cotas vêm se esgotando antes do final do mês, elevando o risco operacional na transição entre março e abril. Brasilcom informou que as associadas seguem atendendo normalmente seus clientes, sem registros de falta de produto.

26/03/2026	Informado a existência de estoque em tanque de 2,054 bilhões de litros de diesel A S10, com pequeno aumento no volume. Abicom relatou que apareceu mais um navio com carregamento de diesel para abril, que eleva o volume projetado de 1,263 bilhão de litros para 1,302 bilhão milhões.	IBP identificou diferenças de dados da Abicom e das distribuidoras associadas, demonstrando alguma dificuldade de convergência entre as informações, o que demonstra a necessidade de ajustes para tratamento dos dados.
27/03/2026	Foi sinalizado que parte relevante do diesel importado previsto para março não estará disponível no mês, pois cargas chegam no final do período. A ANP sinalizou necessidade de mapeamento regional de disponibilidade de produto, fluxos, estoques e entregas, para evitar que médias nacionais escondam situações críticas locais. Não há risco imediato de desabastecimento nacional, mas março está "justo", dependendo do ritmo de desembaraço, e abril apresenta risco maior, dado o baixo volume importado até o momento.	Sindicom apontou que o mercado continua muito aquecido com demanda acima do esperado e movimentos de: 1) migração de canal (postos e TRRs buscando outras distribuidoras); 2) aumento de pedidos acima do histórico; e 3) estoques sendo elevados por agentes da ponta por percepção de risco futuro (efeito especulativo).
30/03/2026	Estoques nacionais mostram recomposição lenta, porém ainda em níveis baixos. Melhor percepção em gasolina; diesel segue mais pressionado, com preocupações sobre abril e sobretudo maio. Riscos globais podem afetar o Brasil, caso o desvio de cargas se intensifique.	Nenhum participante reportou mudanças relevantes no padrão de demanda. Petrobras afirma que o balanço de produção vs. demanda está ajustado, sem necessidade de importações adicionais no momento. Levantadas duas preocupações: 1) a disputa acirrada pelo diesel no mercado global pode afetar a internalização das cargas previstas para o país, dado que elas podem ter seu destino alterado; 2) as indefinições sobre as novas medidas governamentais a serem anunciadas impactam o planejamento das importações que precisam de previsibilidade para efetuar seus pedidos.
31/03/2026	Os estoques de abril estão com sobreoferta. Em maio, os estoques são insuficientes para suprir a demanda devido à queda das importações e, neste momento, há previsão de 130 milhões de diesel importado. A expectativa é que esse número cresça à medida que se aproxime o mês de abril. A Petrobras informou seu parque de refino funcionando normalmente com produção suficiente para atender seus pedidos para abril e maio.	EPE realizou apresentação sobre a situação do conflito no Oriente Médio e os impactos no Brasil, com destaque para a mudança de percepção sobre o final do conflito: de interrupção pontual dos fluxos para algo mais duradouro, dada a conjuntura atual no Estreito de Hormuz. A situação deve elevar os preços de petróleo e derivados mundialmente.

Tabela 2 - Síntese dos resultados dos eventos críticos elencados durante os trabalhos da Sala de Monitoramento do Abastecimento.

Dia/ Temática	Eventos Críticos
24/03/2026	ANP informou que no Rio Grande do Sul os estoques foram recompostos na região metropolitana de Porto Alegre, permanecendo dificuldades no interior do estado. ANP se comprometeu a verificar, junto às distribuidoras, relatos de eventual falta de diesel em postos da região 309/310 Sul, no Distrito Federal.
26/03/2026	ANP identificou dois eventos críticos no Rio de Janeiro em que a gasolina saiu da especificação, contudo a Petrobras resolveu rapidamente o problema e hoje implementou o volume necessário em outros polos da região e, amanhã, voltará a cota completa.
27/03/2026	Petrobras reiterou as ações já adotadas para reforçar a segurança de abastecimento, como a postergação das paradas programadas de REPAR e REPLAN, além da adoção de medidas de transferência de cota entre refinarias para aliviar tensões regionais na demanda de gasolina.
30/03/2026	Pontos de atenção regional mencionados: sistemas Rio de Janeiro e São Paulo, com estoques ainda limitados de acordo com informações do IBP.
31/03/2026	IBP relatou situação preocupante referente ao estresse logístico atual no Porto de Santos, devido à presença de filas para descarregamento no porto e que a situação pode afetar os prazos de entregas de diesel. Solicitou apoio institucional ao MME com objetivo de acelerar as operações de descarga de navios de combustíveis.

Tabela 3 - Outros temas tratados na Sala de Monitoramento do Abastecimento e que são relacionados ao suprimento.

Data/ Cadeia comercial	Primário	Secundário

24/03/2026	ANP apresentou a operacionalização do sobreaviso, com envio de ofício aos agentes exigindo monitoramento diário e reporte semanal contendo estoques por UF, importações, datas de navios confirmados e preços médios diários por UF. IBP destacou a necessidade de clareza quanto ao método de reporte dos preços exigidos no sobreaviso e questionou o MME sobre as tratativas referentes ao imposto de exportação do MGO. Acelen reforçou que a decisão de participação na subvenção depende da definição clara do Preço de Referência e de sua metodologia, além de relatar pressão elevada de fiscalizações por Procons. Brasilcom manifestou preocupação com fiscalizações excessivas e despadronizadas dos Procons e com a insegurança regulatória, que dificulta decisões de importação futura.	Abicom alertou que soluções improvisadas, como aumento não testado do teor de biodiesel, podem gerar riscos à qualidade do produto e reforçou a ausência de definição do Preço de Referência, prejudicando decisões de importação.
26/03/2026	ANP informou que a dinâmica no sobreaviso é muito parecida com o que está sendo feito na Sala de Monitoramento do Abastecimento, consolidando informações de uma maneira um pouco diferente.	ANP relatou que participou de reunião na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, oportunidade para transmitir o ponto de vista governamental e tranquilizar os participantes, uma vez que ocorre muita desinformação.
27/03/2026	Abicom registrou que as incertezas sobre preços, leilões e arbitragem internacional estão atrasando decisões de compra, motivando o compromisso de enviar a MME e ANP um mapa detalhado por porto e por semana. ANP destacou a existência de assimetrias graves das informações enviadas pelos agentes. Acelen indica atendimento acima da cota dia em gasolina e diesel, contribuindo para suprimento. A demanda está forte e puxando estoques sem uma lógica macroeconômica clara. Preocupação com o *line up* de importação para meados de março e principalmente abril.	Sindicom relata cortes de pedidos em algumas localidades, dificuldade de obtenção de cotas adicionais, pressão maior nas regiões Sul e Sudeste e ponto crítico para destravar importações a previsibilidade sobre subvenção, leilões e política de preços.
30/03/2026	ANP disponibilizou no site o material referente à subvenção, com prazo de adesão até 31/03. Preocupação transversal quanto à falta de navios no *line up* de maio, podendo afetar suprimento se não houver contratação breve. Atenção ao cenário global: risco de restrições físicas, principalmente diesel e QAV, pode pressionar preços e disponibilidade no Brasil. Vários países já enfrentam escassez localizada de combustíveis com cargas sendo desviadas para mercados que pagam mais. Liberação de estoques estratégicos não gerou recomposição imediata, levando a um descasamento físico, mesmo com barril atingindo US$ 190–200 em algumas projeções de mercado. Países com risco ou já em restrição: Austrália, Japão, Romênia, Mianmar.	-
31/03/2026	-	-

5.2. A última atualização do balanço de diesel A S10 gerada nesse período é apresentada nas figuras 1 e 2.

Figura 1 - Balanço de Diesel A S10, mês março de 2026 (dados de 26/03/2026).

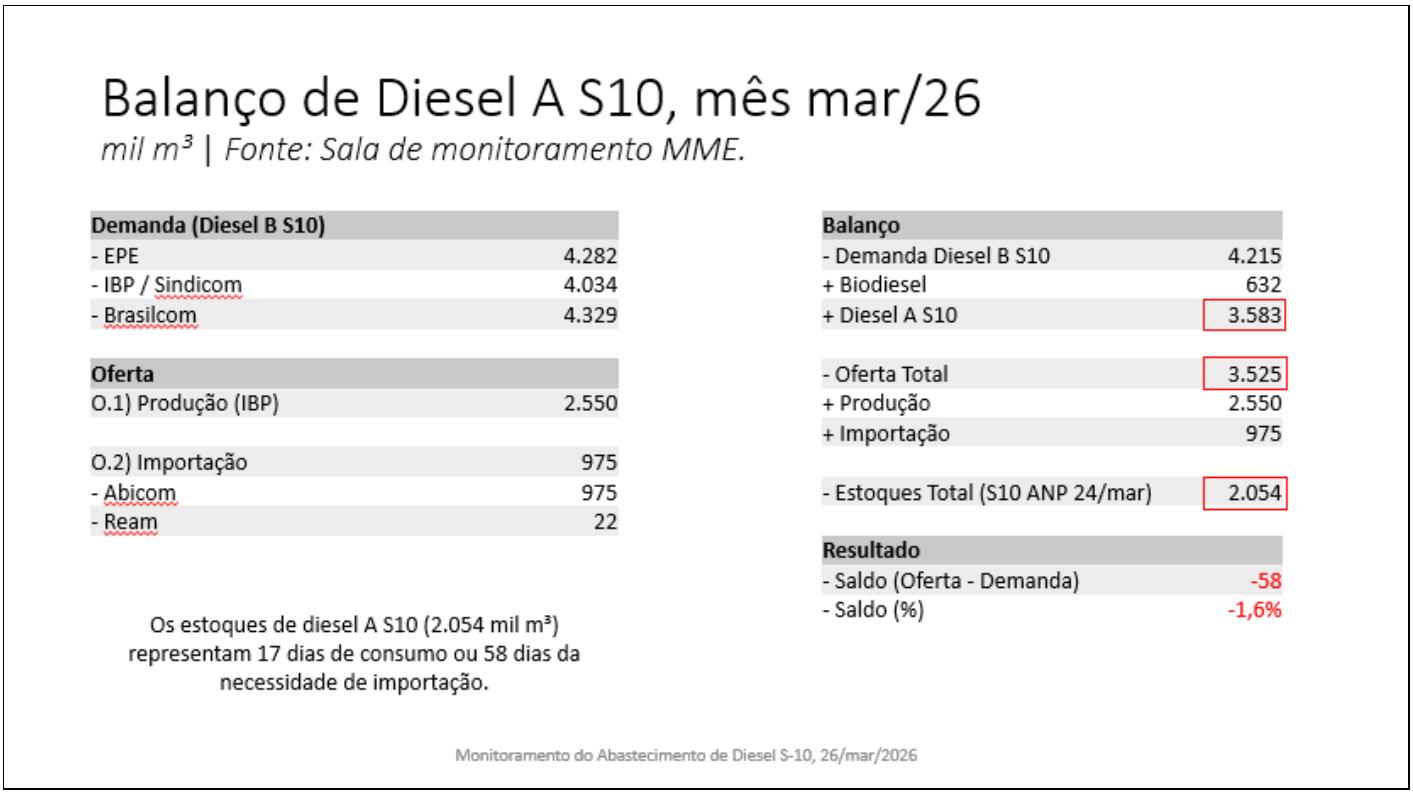
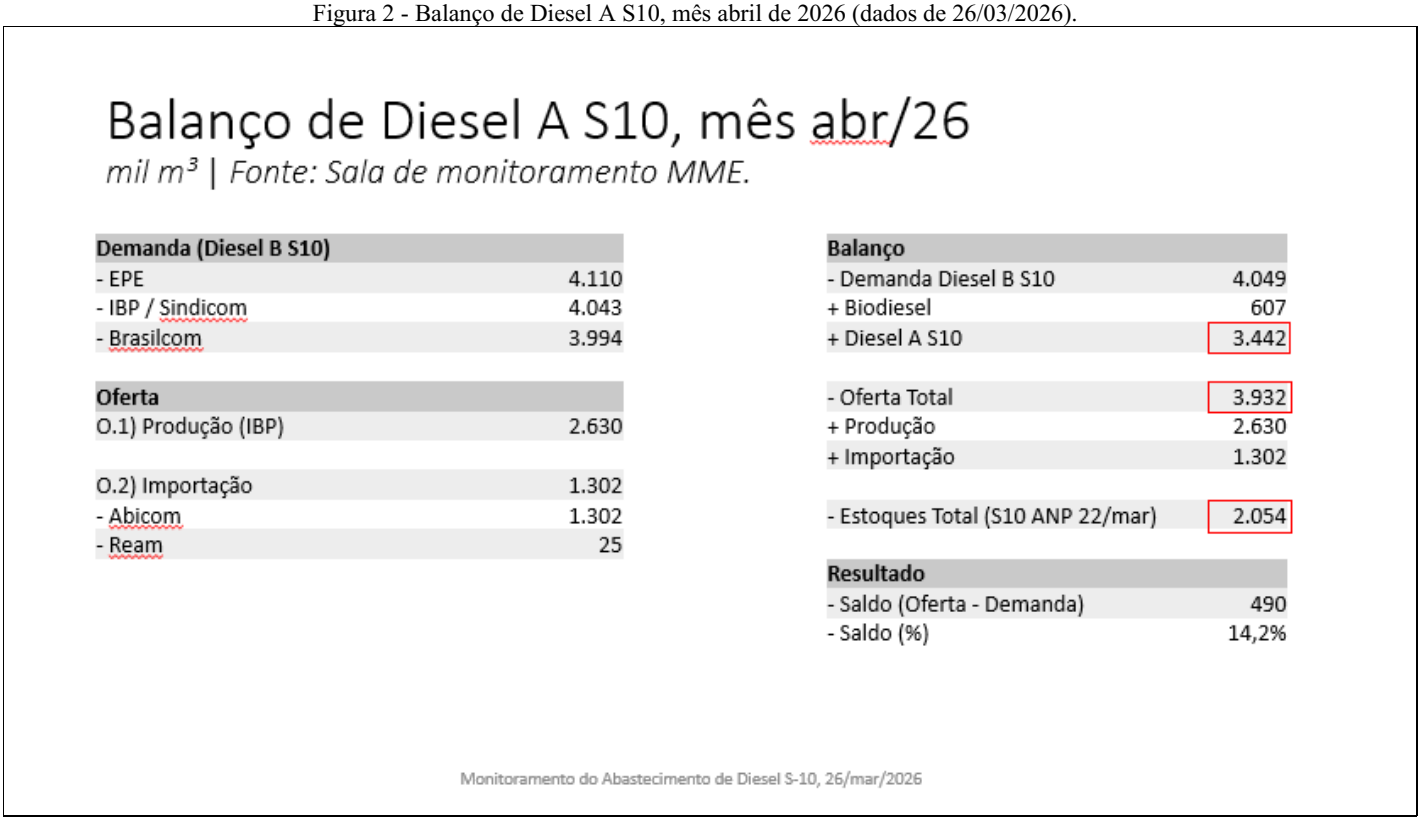


Figura 2 - Balanço de Diesel A S10, mês abril de 2026 (dados de 26/03/2026).



6. SEÇÃO V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

6.1. O presente Relatório, além de fazer cumprir o art. 14 da Portaria Normativa nº 61/GM/MME/2023, além dos arts. 8º, 9º e 10 do Protocolo Específico de Segurança e Gerenciamento de Situações de Crises de Ativos de Infraestrutura do Ministério de Minas e Energia, no âmbito da Sala de Monitoramento do Abastecimento instaurada pela Resolução CGC nº 1, de 23 de março de 2026, do Comitê de Gerenciamento de Crises do MME.

6.2. Por fim, o Departamento de Combustíveis Derivados de Petróleo (DCDP) solicita que à Secretaria Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (SNPGB) encaminhe, para fins de ciência, o presente relatório que lista as ocorrências mais relevantes do período de 23 a 31 de março de 2026 ao Comitê de Gerenciamento de Crise (CGC) do Ministério de Minas e Energia.

Documento assinado eletronicamente por **Ronny Jose Peixoto**, **Coordenador(a)-Geral de Abastecimento, Sustentabilidade e Inovação**, em 22/04/2026, às 11:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Deivson Matos Timbó**, **Coordenador(a)-Geral de Acompanhamento do Mercado**, em 22/04/2026, às 11:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Edie Andreeto Junior**, **Diretor(a) do Departamento de Combustíveis Derivados de Petróleo**, em 22/04/2026, às 11:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mme.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1218793** e o código CRC **A5491C30**.

Referência: Processo nº 48330.000084/2026-13 SEI nº 1218793